

## ESTADO, UNIVERSALIZAÇÃO E AS FORMAS DE HEGEMONIA: O PROBLEMA DE MANTER A "REVOLUÇÃO (OU A REFORMA) EM PERMANÊNCIA" A PARTIR DO PRÓPRIO APARELHO ESTATAL

### STATE, UNIVERSALIZATION AND FORMS OF HEGEMONY: THE PROBLEM OF MAINTAINING THE "REVOLUTION (OR REFORM) IN PERMANENCE" FROM THE STATE APPARATUS ITSELF

Javier Balsa<sup>1</sup>

#### RESUMO

A universalização é parte central da operação hegemônica. Mas, nos processos de universalização poderia surgir a possibilidade de que se diluam as identidades e os interesses da própria classe fundamental. Neste trabalho se analisam os fatores que agravam este potencial distanciamento entre o projeto hegemônico e os interesses das classes fundamentais: a relação entre intelectuais orgânicos e classes fundamentais, a questão dos intelectuais tradicionais, a tendência universalizante da pequena burguesia, a tendência do Estado a impor uma lógica universalizante, e as dificuldades geradas pelo caráter retórico das operações hegemônicas. Finalmente, o artigo diferencia duas lógicas na construção da hegemonia e propõe conservar uma lógica agonal no aparelho de Estado, para manter "revolução (ou a reforma) em permanência".

**PALAVRAS-CHAVE:** Hegemonia. Universalização. Lógicas. Retórica.

#### ABSTRACT

Universalization is a central part of the hegemonic operation. However, in the process of universalization, is possible that the identities and interests of the fundamental class itself may be diluted. This work analyzes the factors that aggravate this potential distance between the hegemonic project and the interests of the fundamental classes: the relationship between organic intellectuals and fundamental classes, the question of traditional intellectuals, the universalizing tendency of the petty bourgeoisie, the tendency of the State to impose a universalizing logic, and the difficulties generated by the rhetorical character of hegemonic operations. Finally, the article differentiates two logics in the construction of hegemony and proposes to preserve an agonal logic in the State apparatus, in order to maintain "revolution (or reform) permanently".

---

<sup>1</sup> IESAC-UNQ (Instituto de Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea-Universidad Nacional de Quilmes)/CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas). E-mail: jjbalsa@unq.edu.ar.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

**KEYWORDS:** Hegemony. Universalization. Logics. Rhetoric.

## A UNIVERSALIZAÇÃO COMO PARTE CENTRAL DA OPERAÇÃO HEGEMÔNICA

Uma operação básica da luta pela hegemonia é a apresentação dos interesses particulares da classe dominante (ou da classe que procura ser dominante) como os interesses gerais da sociedade como um todo (ou da maioria da sociedade), ou seja, como interesses pretensamente universais. Antonio Gramsci distingue, como traço central do momento específico da luta pela hegemonia, a localização das questões num plano "universal":

...as ideologias geradas<sup>2</sup> anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (CC 13 §17; Vol. 3, p. 41).<sup>3</sup>

A diferença específica deste momento é que, nele, a luta política se eleva do plano (eminentemente defensivo) corporativo, para o plano da disputa pela hegemonia, pela direção da sociedade e, neste sentido, já não se estaria mais numa posição defensiva, senão ofensiva. Nos dois momentos corporativos, os indivíduos se sentem solidários com os outros integrantes de sua própria fração de classe (primeiro momento) ou com toda a classe (segundo momento), mas “apenas no campo puramente econômico”, embora busquem e obtenham capacidades políticas para defender esses interesses (limitadas aos “quadros fundamentais existentes”). Somente no terceiro momento é que “se adquire<sup>4</sup> a

---

<sup>2</sup> Em italiano “germinate”, traduzida mais apropriadamente como “germinadas” (GRAMSCI, 1975, p. 1584). Todas as citações em italiano se referem à edição crítica organizada por Valentino Gerratana (GRAMSCI, 1975).

<sup>3</sup> Todas as referências serão à edição em português dos *Cadernos do cárcere*, na tradução de Carlos Nelson Coutinho, em 6 volumes (GRAMSCI, 1999-2002).

<sup>4</sup> Em italiano “raggiunge”, mais precisamente traduzida por “atinge” (GRAMSCI, 1975, p. 1584).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”, por esse motivo devem situar-se nesse plano “universal” (CC 13 §17; Vol. 3, p. 41).

Cabe destacar que na primeira formulação deste parágrafo, localizado no Caderno 4, Gramsci havia escrito “piano [...] universale” (Q4 §38, p. 457-458), enquanto na segunda redação (no Caderno 13) ele escreveu “piano «universale»”, com aspas. Interpretamos a inclusão das aspas em termos de uma ressalva de que não se trata de um plano “universal” em sentido absoluto, mas sim de uma construção discursivo-ideológica. Uma construção que será efetiva na medida em que puder ser considerada verdadeira para o conjunto da sociedade, ou seja, quando se tornar hegemônica. Daí que essa passagem do defensivo-corporativo para o hegemônico-universalizante busque converter os interesses da classe em “interesses de outros grupos subordinados”. Por isso, o êxito nessa empreitada terá lugar quando essa universalização se transforme em “senso comum” e seja transmitida, especialmente nos primeiros processos de socialização, como uma mera descrição do mundo, construindo o que Gramsci desenvolve como a “objetividade”, intimamente ligada à hegemonia, conforme descreve no Caderno 11.<sup>5</sup> Lembremos que neste caderno ele afirma que “objetivo significa sempre ‘humanamente objetivo’, o que pode corresponder exatamente a ‘historicamente subjetivo’, isto é, objetivo significaria ‘universal subjetivo’” (CC11 §17, volume 1, p. 134).<sup>6</sup>

Além disso, nesta segunda escritura, Gramsci tornou mais explícita a centralidade da operação de universalização, ao escrever “creando così l’egemonia”,<sup>7</sup> e não como na primeira versão, quando a relação foi apresentada por meio de uma mera justaposição sintática: “su un piano non corporativo, ma universale, di egemonia di un raggruppamento sociale fondamentale su i raggruppamenti subordinati” (Q4, 38, pp. 457-458).

---

<sup>5</sup> Cf. Balsa (2018).

<sup>6</sup> Nesse sentido, os desenvolvimentos conceituais de Berger e Luckmann (1968) são muito úteis. Em sua obra não há referências a Gramsci ou ao conceito de “hegemonia”. Empregam o conceito de “legitimação”, assumindo um ponto de partida weberiano, mas propondo um uso mais amplo. Escrevem que “a função da legitimação consiste em lograr que as objetivações de ‘primeira ordem’ já institucionalizadas se tornem objetivamente disponíveis e subjetivamente plausíveis” (BERGER; LUCKMANN, 1968, pp. 118-119).

<sup>7</sup> “...ponendo tutte le quistioni intorno a cui ferve la lotta non sul piano corporativo ma su un piano ‘universale’ e creando così l’egemonia di un gruppo sociale fondamentale su una serie di gruppi subordinati” (Q13 §17, p. 1584).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

Por último, uma questão conexa é que, nessa reescrita, Gramsci também parece ter tomado consciência do papel inevitável do “partido” nessa passagem ao plano da luta pela hegemonia, já que “diventano «partito»” é um acréscimo entre a primeira versão do Caderno 4 (Q4, 38, p. 457-458) e a segunda versão do Caderno 13.

Para além do emprego dessas precisões conceituais da noção de “universalidade” na definição das operações de luta pela hegemonia, consideramos que é necessário aprofundar as reflexões sobre o seu significado e, em particular, sobre as suas possíveis funções diferenciais de acordo com as distintas lógicas ou estratégias usadas nessas lutas. Em outras palavras: o que implica a universalização? Quais são as dificuldades que pode acarretar? E se seria sempre a mesma operação de universalização que as diferentes classes realizam em sua luta pela hegemonia?

Em relação à universalidade, foi Ernesto Laclau quem outorgou particular importância a esse conceito na construção da hegemonia, ao mesmo tempo que procurou especificar a natureza “parcial” dessa mesma universalidade:

...A própria possibilidade de dominação dependerá da capacidade de um ator histórico particular de apresentar sua própria emancipação “parcial” como equivalente à emancipação de toda a sociedade (LACLAU, 2003a, p. 52).

...Só há hegemonia se a dicotomia universalidade/particularidade for superada; a universalidade só existe se está corporificada e –subvertida– [em] uma particularidade, mas nenhuma particularidade pode, por outro lado, tornar-se política se não se tornar o locus de efeitos universalizantes (LACLAU, 2003a, p. 61).

Laclau esclarece que “é uma universalidade *contingente*” (LACLAU, 2003a, p. 56). É que, como havia afirmado uma década antes, “essa dimensão de universalidade alcançada por meio da equivalência é muito diferente da universalidade que resulta de uma essência subjacente ou de um princípio incondicionado *a priori*” (LACLAU, 1993, p. 100). Ao contrário, para Laclau, não há “nenhuma universalidade que não seja uma universalidade hegemônica” (LACLAU, 2003b, p. 195).

Podemos observar que, tanto em Gramsci quanto em Laclau (no último caso explicitamente), a hegemonia acarreta o desdobramento de uma sinédoque: a operação retórica que implica apresentar uma coisa por meio de outra abarcada pela primeira, por

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

exemplo, a parte como representando o todo. Nesse caso, os interesses particulares de um grupo ou classe são proclamados como interesses gerais de toda a sociedade.<sup>8</sup> Porém, na medida em que essa operação metonímica não atinge o nível do metafórico, é sempre possível perceber, de forma relativamente fácil, que essa parte não é o todo.

## O PROBLEMA DA POTENCIAL CONFUSÃO DOS INTERESSES DE CLASSE

Gramsci esclarece que, para que essa operação hegemônica tenha sucesso, os interesses da classe dominante devem saber se conter. Nos equilíbrios próprios da hegemonia, “os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo” (CC13 §17, Vol. 3, p. 42). Podemos acrescentar que este “determinado ponto” dependerá da correlação de forças. Em particular, da capacidade das classes subalternas de disputar a hegemonia. Se essa for elevada, as classes dominantes provavelmente terão que desistir de muitos de seus interesses mais imediatos em prol de defender sua própria situação de classe dominante. Essa seria a situação típica das “revoluções passivas”. Em casos extremos, pode ser difícil identificar, nesses processos de “universalização”, a centralidade da defesa dos interesses da classe dominante, pois pode parecer que muitas das demandas das classes subalternas estão sendo atendidas. Inclusive, poderia surgir o problema da possibilidade de que, nessas dinâmicas, venham a se diluir as identidades e os interesses da própria classe fundamental.

A luta pela hegemonia se apresenta como uma realidade ainda mais complexa, pois não tem lugar na forma direta da luta de classes, mas da luta entre partidos, projetos e “vontades coletivas” que disputam a hegemonia. Como esses projetos são postulados

---

<sup>8</sup> Exemplificando essas questões com o caso da estratégia de Palmiro Togliatti no Partido Comunista Italiano, Laclau afirma: “A relação hegemônica é sinedótica na medida em que um setor particular – o partido da classe trabalhadora, neste caso – tende a representar um todo que o excede. Como, no entanto, este todo carece de limites precisamente definíveis, nos encontramos com uma sinédoque impura: consiste no movimento indecível entre uma parte que tenta incorporar um todo indefinível, e um todo que só pode ser nomeado através de sua alienação a uma de suas partes. Finalmente, a heterogeneidade só pode ser relativa – com o resultado de que a linha que separa a catacrese da metonímia também é indecível. Acho que todas as categorias centrais da teoria gramsciana – guerra de posição, vontade coletiva, intelectuais orgânicos, Estado integral, bloco histórico, hegemonia – podem ser lidas retoricamente: eles circunscrevem um espaço de movimentos tropológicos que traz uma nova flexibilidade estratégica à análise política” (LACLAU, 2002, pp. 95-96).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

como defensores de interesses “universais” (ou quase universais), e não como suporte aos interesses corporativos das classes (embora, em algumas ocasiões, alguns deles possam ser defendidos de forma mais explícita dentro deste quadro universalizante), nessas lutas pela hegemonia, as classes parecem perder protagonismo em face das “vontades coletivas”. Assim, os *slogans* que agitam essas “vontades coletivas” podem (e devem) ser mais gerais do que os programas intimamente ligados à defesa corporativa dos interesses de uma classe.

Como Gramsci argumenta em relação aos partidos, e falando sobre a Itália “a partir do *Risorgimento* em diante”, os partidos não representam apenas as classes, mas também operam sobre elas e “universalizam” as próprias classes:

...com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las (CC3 §119, Vol. 3, p. 201).

Então, esses partidos devem propor “princípios éticos” “de caráter universal”:

...uma associação normal [que não seja uma seita, à qual Gramsci se referiu no parágrafo anterior] concebe a si mesma [...] como ligada [...] a toda a humanidade [...] Todas estas relações emprestam caráter (tendencialmente) universal à ética de um grupo, que deve ser concebida como capaz de tornar-se norma de conduta de toda a humanidade (CC6 §79, Vol. 2, p. 231).

Portanto, o partido moderno deve desenvolver essa lógica universalizante: “o partido político, [é] a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (CC13 §1, Vo. 3., p. 16).

Além disso, essa universalização é geralmente realizada retoricamente de forma ambígua (para esconder seu núcleo de classe), e essa mesma ambiguidade tende a dificultar a compreensão dessa operação retórica para muitas/os integrantes da própria classe fundamental.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Sobre essas questões, ver Balsa, 2019b.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

A complexa rede de relações de força entre partidos e projetos que disputam a hegemonia só permite avaliar *ex-post* qual deles foi o que melhor defendeu os interesses de uma determinada classe. Ou seja, somente após o desenvolvimento de uma determinada luta política (e gerando um corte de tempo arbitrário), será possível observar qual projeto mais beneficiou cada classe, de acordo com sua capacidade objetiva para triunfar. Também porque a “demonstração” de que existiam as “condições necessárias e suficientes” para a realização de certas tarefas dependerá da capacidade de triunfar de uma determinada força e de que ela possa transformar a realidade (CC13 §17, Vol. 3, p. 37).

Laclau vai um passo além nesse problema da relação entre classe e representação e argumenta que, se essa operação universalizante implica enfraquecer as identidades (mesmo do grupo dominante), a “unificação contextual de um sistema de diferenças só pode ocorrer ao preço de debilitar as identidades diferenciais como resultado de uma lógica de equivalência, que introduz uma dimensão de universalidade relativa” (LACLAU, 1993, p. 99-100).

Não seguiremos o raciocínio de Laclau até deixar de lado a centralidade do conceito de classe (não apenas porque não compartilhamos sua orientação pós-marxista, mas porque não a consideramos consistente com a reintrodução de conceitos classistas que se observa recorrentemente nas próprias elaborações de Laclau).<sup>10</sup> Porém, voltaremos sim ao problema que Laclau assinalou: os intelectuais orgânicos de uma classe podem desenvolver a operação de universalização até um ponto em que se percam de vista os interesses particulares da classe. Isso pode acontecer tanto com a classe dominante em suas tentativas de conter os processos de mudança social, por meio de uma “revolução passiva”, quanto com a classe trabalhadora por meio de estratégias reformistas. Assim, os integrantes da classe fundamental deverão estar sempre “vigilantes”, para que seus interesses centrais não se percam na construção do referido projeto.

Este fenômeno de potencial distanciamento entre o projeto hegemônico e os interesses das classes fundamentais é agravado por cinco fatores: (1) a imprescindível mediação de intelectuais orgânicos na construção do projeto hegemônico (e até mesmo na própria unidade da classe), (2) a incorporação dos intelectuais tradicionais ao projeto

---

<sup>10</sup> Ver Balsa 2010, p. 19.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

hegemônico, (3) o peso dos elementos da ideologia pequeno-burguesa, (4) a própria lógica universalizante característica dos Estados modernos, ao mesmo tempo em que toda hegemonia só poderá se concretizar na medida em que controle os aparatos de Estado e (5) as ambiguidades introduzidas pelo componente retórico de toda operação hegemônica, que dificultam ainda mais a compreensão da tradução dos interesses de classe em projetos universalizantes.

## PROBLEMAS DA OPERAÇÃO RETÓRICA UNIVERSALIZANTE

### *A relação entre intelectuais orgânicos e classes fundamentais*

Para Gramsci, os sujeitos encarregados de elaborar a operação de universalização são os intelectuais orgânicos da classe. Mas eles realizam esta operação numa relação recursiva: “Todo grupo social [...] cria para si [...] organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”. (CC12 §1, Vol. 2, p. 15).

Assim, embora esses intelectuais (que Gramsci chamará de “orgânicos”) sejam criados pela classe, essa mesma classe só alcançará homogeneidade e consciência de classe, e, portanto, a capacidade de disputar a hegemonia, na medida em que esses mesmos intelectuais orgânicos lhe proporcionem essa construção política.

Fica aberta a possibilidade de que a classe considere que o projeto hegemônico elaborado por esses intelectuais não seja o melhor para a defesa de seus interesses. Na verdade, pela própria dinâmica da luta político-ideológica, Marx já havia deixado claro que não havia um único projeto político em cada conjuntura, mas uma série de representantes políticos (“e literários”) que tentavam ganhar o favor das classes e frações de classe que pretendiam representar. E a classe deve escolher quem apoiar. Do mesmo modo como aconteceu no desfecho do processo revolucionário francês, a classe pode “se livrar” de seus próprios representantes, como descreve Marx em relação à burguesia e seus deputados, em favor da opção bonapartista (MARX, 1852).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Marx analisa como a burguesia preferiu pôr de lado os seus representantes políticos (os parlamentares republicanos-monarquistas) e passou a declarar “inequivocamente que ardia com o desejo de se livrar de sua própria dominação política, de se livrar das penalidades e perigos dessa dominação”, sustentando a

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78



Agora, surge o problema conexo de como a classe faz esses julgamentos de adequação entre seus interesses e os projetos que lhe são apresentados por seus intelectuais orgânicos. No caso da burguesia, Gramsci ressalta que o empresário possui “uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)”, e “pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal”, “ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa” (CC12 §1, Vol. 2, p. 15-16). Por isso, em um nível mais individual do que de classe, é possível observar a atuação de alguns burgueses de destaque (especialmente por seu poder econômico pessoal) na correção da linha política dos intelectuais que se propõem como seus representantes (tanto no plano ideológico, como no político). Eles/as “pulam” as instâncias de representação corporativa e/ou política, e se reúnem diretamente com as figuras políticas para estabelecer novas alianças ou para rompê-las. Inclusive, sem a necessidade de gerar espaços de encontro, podem fazer declarações ou, diretamente, investimentos importantes que mostrem à sociedade seus realinhamentos políticos.

No entanto, a burguesia, como classe, emprega dois tipos de intelectuais coletivos para reajustar sua conexão com os projetos políticos e seus intelectuais orgânicos nesse plano. Por um lado, possui associações empresariais nas quais se reúne para avaliar e organizar a defesa de seus interesses em relação aos diversos projetos políticos que possuem certa capacidade efetiva de disputa pela hegemonia (ou seja, essas instâncias corporativas estendem sua função também para o momento da luta especificamente política). E, por outro lado, a burguesia sustenta uma série de espaços de pesquisa e produção de discursos que colaboram para traduzir seus interesses em projetos e posições político-ideológicas não estritamente associadas a partidos políticos. Nesses últimos espaços são construídos, criticados e apoiados medidas e projetos informados por uma discursividade que pretende possuir, também, um caráter universalizante, agregando geralmente uma área de pretensa independência gerado por seu caráter “científico”.

---

continuidade inconstitucional de Louis Bonaparte no comando do poder executivo (MARX, 1852, p. 114). Veja mais detalhes em Balsa (2019d).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

As camadas mais numerosas da burguesia pequena e média quase sempre possuem grande dificuldade em contar com seus próprios intelectuais corporativos ou ideológicos e permanecem subordinadas à grande burguesia em sua capacidade de avaliar organicamente seus representantes políticos. Nesse sentido, Gramsci enfatiza que “a massa dos camponeses [...] não elabora seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’ nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’” (CC12 §1, Vol. 2, p. 16).

Em contrapartida, Gramsci mostra uma elevada confiança na capacidade da classe trabalhadora de dotar-se de seus próprios intelectuais e de um organismo coletivo que os unifique (o partido comunista), para além de todos os problemas que ele mesmo identifica sobre a necessidade de proximidade entre intelectuais e massa (especialmente, em CC11 §12, Vol. 1, p. 104-105). Em contraste com a capacidade de alguns burgueses de influenciar diretamente a luta política, os/as proletários/as só podem ter peso enquanto participarem de suas próprias organizações coletivas que, por sua vez, desenvolvem seus próprios intelectuais orgânicos.

Um século depois, podemos observar que esse aspecto do otimismo gramsciano resultou excessivo. Em primeiro lugar, quase sempre houve uma pluralidade de projetos político-partidários que se propuseram como representantes da classe trabalhadora, gerando disputas tão fortes entre eles que sua capacidade de influir nas lutas pela hegemonia foi substancialmente enfraquecida (muito acima da capacidade de unidade que, na maioria dos países, a burguesia alcançou). Em segundo lugar, as instâncias gremiais-corporativas, como os sindicatos, tenderam a estabelecer laços de dependência tão fortes com o Estado que sua capacidade de avaliar e criticar projetos político-partidários tendeu a negligenciar a defesa de interesses de classe mais estratégicos, limitando-se àqueles interesses mais diretamente ligados a benefícios imediatos. Por fim, os espaços de desenvolvimento político-ideológico de esquerda mostraram uma forte tendência à sua imbricação no ambiente acadêmico-universitário e a se distanciarem da dinâmica real da classe trabalhadora e seus integrantes.

Se podem surgir divergências entre a classe e seus intelectuais orgânicos, o problema se agrava com a incorporação dos chamados “intelectuais tradicionais” na dinâmica da luta pela hegemonia.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

### *A questão dos intelectuais tradicionais*

Gramsci argumenta que as “várias categorias de intelectuais tradicionais” são o produto de tipos anteriores de sociedade e se caracterizam por sentir “com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’”, de modo que “se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante”, o que os vincula à filosofia idealista (CC12 §1, Vol. 2, p. 17). Em alguns casos

...ocorre que muitos intelectuais pensam ser o Estado, crença que, dado o imenso número de componentes da categoria, tem por vezes notáveis consequências e leva a desagradáveis complicações para o grupo fundamental econômico que realmente é o Estado (CC12 §1, Vol. 2, p. 24-25).

No entanto, apesar dessas dificuldades, esses “intelectuais tradicionais” são fundamentais para disputar a hegemonia. Gramsci afirma que “uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista 'ideológica' dos intelectuais tradicionais” (CC12 §1, Vol. 2, p. 19).

Embora Gramsci não tenha explicitado a razão dessa relevância, podemos traçar a hipótese de que essa centralidade dos intelectuais tradicionais pode advir de que, como se creem “independentes” e, inclusive, são assim percebidos por amplas camadas de cidadãos, dispõem de mais facilidade para se apresentarem desta forma ao resto das classes. Desse modo, possuem uma capacidade interpelativa mais forte do que aqueles intelectuais cuja organicidade mais evidente diminui seu poder persuasivo. Colocado em termos retóricos, os intelectuais tradicionais, como especializados em retórica (como *retores*), teriam a vantagem de acreditar no conteúdo de suas próprias operações retóricas.<sup>12</sup>

Em todo caso, convém esclarecer que, para Gramsci, para atrair os intelectuais tradicionais em prol do projeto hegemônico de uma classe, esta deve contar com um bom desenvolvimento de seus próprios intelectuais orgânicos: estas “assimilação e conquista [dos intelectuais tradicionais] são mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão

---

<sup>12</sup> Uma problemática que Laclau não consegue abordar devido às limitações de sua própria conceituação de retórica, conforme analisamos em outro trabalho (BALSA, 2019b).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos” (CC12 §1, Vol. 2, p. 19). Portanto, a estratégia não pode ser a de perder a própria clareza ideológica, mas sim fortalecer seu próprio grupo de intelectuais orgânicos e, ao mesmo tempo, que esses busquem seduzir os intelectuais tradicionais.

O papel chave dos intelectuais tradicionais não seria apenas devido à sua maior capacidade de interpelação, mas também, em momentos de mudança social, eles podem se tornar elementos relativamente imprescindíveis para a organização do aparelho estatal, devido à carência numérica de intelectuais orgânicos suficientes da classe que se tornou dominante. Aqui seria apropriado fazer certa diferenciação (nunca estrita) entre o papel desses intelectuais tradicionais como parte da burocracia estatal e seu papel como dirigentes políticos. Em todo processo de intensa transformação social, tem sido possível observar a incorporação de intelectuais tradicionais às forças de mudança (algo, aliás, também buscado por essas forças), enquanto muitos dos intelectuais orgânicos desenvolvem tendências a acreditar em uma função universal por parte do Estado. Obviamente, os limites entre essas distinções são quase impossíveis de estabelecer.

O problema é que essa assimilação e centralidade dos intelectuais tradicionais pode introduzir, no seio dos intelectuais favoráveis à classe fundamental e no aparelho de Estado, as ideias de autonomia e independência a que nos referimos. Podem acabar fazendo com que a própria classe se guie por ideias de um interesse geral ou “universal” que não coincida com seus próprios interesses de classe. Assim, a classe pode acabar promovendo mudanças que prejudiquem seus interesses, ou podem evitar provocar transformações que teriam permitido aumentar esses interesses particulares.

#### *A tendência universalizante da pequena burguesia*

Tanto por sua importância como classe potencialmente aliada (para qualquer dos projetos que lutam pela hegemonia), quanto por seu papel historicamente central na geração de intelectuais, a pequena-burguesia é uma classe de extrema importância na disputa ideológica. Mas, ao mesmo tempo e em relação à questão da “universalização”, constitui uma classe especialmente propensa a acreditar na existência de interesses “universais”, independentes das classes.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

Segundo Marx, a pequena burguesia se caracteriza por se iludir na defesa dos “eternos direitos humanos” (MARX, 1852, p. 48), sem questionar o modo de produção capitalista. Marx afirma que “nenhum partido se ilude como os pequenos burgueses” (MARX, 1852, p. 56). Antes, em *A luta de classes na França, 1848-1850*, havia declarado que:

... os republicanos de estilo antigo [...] viam em toda a França, ou pelo menos na maioria dos franceses, *cidadãos* com os mesmos interesses, o mesmo discernimento, etc. Tal era sua *adoração ao povo*. No lugar desse povo *imaginário*, as eleições [de abril de 1848] trouxeram à luz do dia o povo *real*, ou seja, os representantes das diversas classes em que este se subdivide (MARX, 1850, p. 66-67).

Gramsci faz referência no mesmo sentido ao descrever as características do fascismo que “se manifestam predominantemente como exaltação do Estado em geral, concebido como algo absoluto, e como desconfiança e aversão em face das formas tradicionais capitalistas. Daí se segue que, teoricamente, o Estado parece ter sua base político-social na ‘gente miúda’ e nos intelectuais; mas, na realidade, sua estrutura permanece plutocrática e torna-se impossível romper as ligações como o grande capital financeiro...” (CC22 §14, Vol. 4, p.278).

Essa tendência da pequena burguesia a acreditar na existência de interesses “universais” pode contribuir para que a classe fundamental perca o eixo de seus próprios interesses dentro do projeto político que impulsiona. Por sua vez, essa tendência está ligada ao papel do Estado nas sociedades capitalistas.

#### *A tendência do Estado a impor uma lógica universalizante*

Marx, nos *Grundrisse*, afirmava que “o intercâmbio de valores de troca é a base produtiva e real de toda *igualdade e liberdade*” (MARX, 2009 [1857-58], p. 183). É que “na medida em que a mercadoria ou trabalho estão determinados meramente como valor de troca, e a relação pela qual as diferentes mercadorias se vinculam entre si se apresenta apenas como intercâmbio desses valores de troca, como sua equiparação, os indivíduos ou sujeitos entre os quais esse processo transcorre são simplesmente determinados como intercambiáveis”. E, desta forma, “todas as contradições imanentes da sociedade

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

burguesa parecem apagadas. Isto se torna um refúgio para a democracia burguesa...” (MARX, 2009 [1857-58], p.179). Nesse sentido, Balibar diz que “nos *Grundrisse* aparece um desenvolvimento importante, no qual Marx identifica a equação de igualdade e liberdade, o cerne mesmo da ideologia dos direitos do homem ou ‘democracia burguesa’, com uma representação idealizada da circulação de bens e dinheiro, que constitui a sua ‘base real’. A estrita reciprocidade da igualdade e da liberdade – ignorada pelas sociedades antigas e negada pelas sociedades medievais, enquanto as modernas, ao contrário, veem nela a restauração da natureza humana – pode ser deduzida das condições em que, no mercado, cada indivíduo se apresenta ao outro como portador do universal, isto é, do poder aquisitivo como tal” (BALIBAR, 2000, p. 82-83).

Em *O Capital* essas elaborações se desdobram, mas Balibar observa que “o acento nestas contradições [da sociedade capitalista] não pode deixar de repercutir na significação dos ‘direitos do homem’, porque estes aparecem *ao mesmo tempo* como a linguagem com a qual a exploração é mascarada e a linguagem em que se expressa a luta de classes dos explorados: portanto, mais do que uma verdade ou uma ilusão, é uma *aposta*” (BALIBAR, 2000, p. 84).<sup>13</sup>

Essa dualidade (que mascara a dominação, ao tempo que torna possível a luta) é a base da complexidade da estratégia da luta pelo socialismo no terreno das democracias representativas. Embora os teóricos de esquerda tenham enfatizado os problemas que o mascaramento da dominação trouxe para o desdobramento de uma estratégia socialista no plano dos sistemas políticos representativos, cabe destacar que esses sistemas também geram sérias dificuldades para a burguesia consolidar sua dominação nessa arena, por uma série de fatores que Marx já havia apontado em *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*: a burguesia não pode mais “se esconder atrás da coroa”, tornando visível sua dominação; a república, pelas suas características próprias (baseada na dinâmica da opinião pública e das liberdades civis) deve permitir a agitação política, e, por último, a lógica da participação eleitoral coloca em pé de igualdade o voto de todos os cidadãos, colocando a burguesia numa clara inferioridade numérica.<sup>14</sup> A burguesia conseguiu superar com

---

<sup>13</sup> Ainda na *Crítica ao programa de Gotha*, Marx continuará a alertar sobre a busca de um “Estado livre”, quando “a liberdade consiste em converter o Estado de um órgão que está acima da sociedade, em um órgão totalmente subordinado a ela” (MARX, 1875, p. 36).

<sup>14</sup> Uma análise mais detalhada dessas questões pode ser encontrada em Balsa (2019a).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

sucesso esses desafios, desenvolvendo um novo tipo de dominação: a dominação hegemônica. E isso coloca as classes subalternas, e a classe trabalhadora em particular, diante do desafio de como lutar por sua emancipação em termos de luta pela hegemonia. Uma luta que, ao mesmo tempo, deve buscar a defesa dessa arena democrático-republicana, ao mesmo tempo em que necessita manter a crítica de seus limites.

É que, por um lado, como argumenta Giuseppe Vacca, “não há hegemonia sem democracia, nem pode haver democracia se o exercício ‘normal’ da hegemonia é interrompido ou rachado”, e “o pressuposto da democracia é o pluralismo (não apenas de grupos sociais, mas também de suas organizações econômicas e políticas) da sociedade moderna” (VACCA, 2017, p.198). Podemos dizer que o próprio estabelecimento da democracia como o espaço de luta política é outra disputa hegemônica, em certo sentido prévia às lutas no interior desta arena. Ora, deve ser lembrado que não há identidade entre forma de dominação burguesa e democracia. Essa arena é o resultado de lutas populares, e a burguesia geralmente se sente mais confortável com várias formas autoritárias de governo. Os exemplos latino-americanos e europeus, passados ou presentes, dispensam-nos de qualquer demonstração. Portanto, a consolidação e preservação da arena democrática pode se tornar um programa político mínimo, que proporcione um objetivo claro às frentes antifascistas ou antiautoritárias contra as direitas que esmagam as bases da democracia em nossa região (estabelecendo-se um acordo pela defesa firme desta arena democrática e pela punição de quem a torne vulnerável, inclusive expulsando antecipadamente do jogo político aqueles políticos que apresentam propostas fascistas ou antidemocráticas).

No entanto, não se deve esquecer que a consolidação de uma arena democrática não garante a hegemonia das forças anticapitalistas (este é precisamente o centro das questões que uma teoria da hegemonia permite abordar). Por isso mesmo, a mera ideia de “democratização”, se não for especificada com conteúdo mais explícito e mobilizador, não se constitui num programa político emancipatório. Considero que este foi um dos erros de certa leitura gramsciana da realidade brasileira e base de boa parte dos problemas que o PT tinha para implementar sua estratégia de política (BALSA, 2020). Justamente porque um programa centrado na “democratização” tende a gerar a aceitação da ideia de

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

“interesse geral”, juntamente com a ideia de que o Estado pode ser colocado acima da luta de classes.

Voltando às formulações de Marx, é provável que essa crença na existência de um interesse geral que o Estado deve defender seja algo próprio do modo de produção capitalista, do qual o Estado deriva não como aparelho privado da classe dominante, mas como um aparato de poder público impessoal, com aparência de neutralidade e igualdade abstrata, segundo as elaborações dos “derivacionistas” (BONNET, 2007). No entanto, parece ser também uma característica que o Estado apresentou em muitos dos processos que tentaram a transição para o socialismo ao longo do século XX, e esta é uma questão que levanta uma problemática bastante específica graças à centralidade que o próprio Estado tende a assumir, aparentemente inevitável, nesses processos de transição.

Gramsci havia percebido a gênese desse problema na URSS e dedicou alguns parágrafos ao tratamento do que chamou de “estatolatria”. A “estatolatria” seria “uma determinada atitude em relação ao ‘governo dos funcionários’ ou sociedade política”. Esta “estatolatria”, que pode fazer parte de um processo de iniciação para grupos que “não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente”, “deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas da vida estatal, em que a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja ‘estatal’, ainda que não se deva ao ‘governo de funcionários’ (fazer com que a vida estatal se torne ‘espontânea’)” (CC8 §130, Vol. 3, p. 279-280).

Como pontua Guido Liguori, “a estatolatria, compreensível do ponto de vista histórico, isto é, a partir das condições em que ocorreram a Revolução Russa, não deve ser teorizada nem aceita. Em vez disso, devem ser postos em marcha contra-ataques que em breve tornarão possível prescindir dela [da estatolatria]” (LIGUORI, 2009, p. 807).

#### *As dificuldades geradas pelo caráter retórico das operações hegemônicas*

O caráter eminentemente retórico das operações hegemônicas e, em particular, o componente sinedóquico de universalização dos interesses particulares complicarão ainda mais a relação entre classes e interesses na luta pela hegemonia. Em primeiro lugar, as

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78



ambiguidades inerentes às figuras retóricas, imprescindíveis para produzir os deslizamentos semânticos da parte para o todo, do particular para o universal, dificultarão a compreensão desses mesmos deslizamentos por parte dos integrantes da classe beneficiada com tais operações semântico-retóricas.

E, em segundo lugar, uma vez que a realização dessas operações retóricas está a cargo dos intelectuais, e não da classe, pode acontecer que a classe também seja uma “vítima” da própria argumentação retórica, obstruindo sua compreensão dos processos realizados, e, inclusive, terminando até mesmo por confundir quais são os interesses de classe que deveriam ser defendidos. Por uma questão de espaço, não podemos desenvolver aqui mais extensivamente toda a complexidade da relação entre a retórica e a luta pela hegemonia, que procuramos abordar em trabalhos anteriores (BALSA, 2019b e 2019c).

Resumindo, se a universalização é parte central da operação que procura disputar a hegemonia, porém ao mesmo tempo, por uma série de fatores que delineamos, exacerba a tendência a acreditar num “interesse geral” que despolitiza, nós ficamos com a interrogação de como resolver essas tensões para desenvolver uma política emancipatória. Acreditamos que a chave é diferenciar duas formas ou lógicas de construção da hegemonia.

## DUAS LÓGICAS DA HEGEMONIA

### *De Gramsci a Laclau*

Embora Gramsci diferencie, por um lado, os processos históricos que levaram às dominações hegemônicas burguesas e, por outro lado, sua proposta de uma estratégia política que conduza à hegemonia proletária, parece que nos *Cadernos* há um esforço de teorizar ambas as dinâmicas relativamente em conjunto, no que Gerratana chamou de teoria geral da hegemonia. Peter Thomas retomou essas questões, em particular para afirmar que o conceito gramsciano de hegemonia não é indiferente ao seu conteúdo de classe e que Gramsci não contrapunha a ditadura do proletariado à ideia de uma hegemonia do proletariado, mas as complementa e as vincula na estratégia da “frente única” (THOMAS, 2009, p. 231-240). No entanto, creio que ainda falta um estudo mais

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

específico para determinar os elementos comuns a ambas as hegemonias, ou seja, a *generalidade* de uma teoria da hegemonia, e o que poderia ser *específico* de cada uma delas. Não vamos avançar aqui nesses elementos específicos dos componentes de classe das hegemonias (pois isso exigiria incorporar uma ampla reflexão sobre os conceitos de interesses “objetivos” das classes). Todavia, tentaremos desenvolver outra diferenciação, neste caso de tipo formal, que nos permita discriminar duas dinâmicas ou lógicas de construção da hegemonia, no quadro de uma teoria geral da hegemonia.

A vinculação constante entre os processos jacobino e bolchevique, e a preocupação com as várias formas que a revolução passiva estava tomando no momento da redação dos *Cadernos*, incluindo, talvez, o rumo da experiência soviética, nos levam a pensar que a teoria geral da hegemonia poderia conter duas formas de construção da hegemonia, com certa (embora nunca total) independência de seu conteúdo de classe. Em um dos casos, o processo de construção hegemônica tentaria “manter-se em permanência”, impulsionando um radicalismo crescente, enquanto, no outro, prevaleceria a resolução “a partir de cima”, da burocratização e da redução do conflito. É possível pensar essas diferentes dinâmicas como uma série de momentos ou etapas, porém, considero que o desafio está em encontrar uma forma de conseguir a “permanência” da ativação política e dos processos de mudança quando um projeto chega ao controle do aparelho de Estado.

Algumas formulações de Fabio Frosini podem ser interpretadas nessa chave “formalista”, que põe a ênfase nas lógicas e não tanto no conteúdo de classe da dinâmica hegemônica. A esse respeito, este autor argumenta que “a diferença entre Hegel e Lenin está precisamente [...] não na presença ou ausência de hegemonia, mas na direção nela impressa: se no sentido da composição ‘passiva’ dos conflitos ou no sentido de seu desdobramento ‘em permanência’ (FROSINI, 2013, p. 69). E mais adiante afirma que “a forma de organização política dos conflitos se torna então decisiva para diferenciar uma hegemonia do tipo ‘revolução passiva’ de uma do tipo ‘revolução permanente’. Esta forma influencia, obviamente, em muitos níveis: desde o partido com a sua organização concreta, até à forma como a ideologia representa o nexo entre partido e massas, entre partido e Estado, entre partido e sociedade, mas também entre ideologia e verdade” (FROSINI, 2013, p.74).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

Além desses desenvolvimentos gramscianos, foi Ernesto Laclau quem mais avançou em distinguir duas formas de hegemonia. Em seu texto de 1977, afirmou que

Eliminar o antagonismo e transformá-lo em simples diferença é o método pelo qual este processo [a interpelação dos dominados pelos dominantes] é levada a cabo. Uma classe é hegemônica não tanto porque consegue impor uma concepção uniforme do mundo ao resto da sociedade, mas porque consegue articular diferentes visões do mundo de modo que seu antagonismo potencial seja neutralizado. A burguesia inglesa do século XIX tornou-se uma classe hegemônica não pela imposição de uma ideologia uniforme às outras classes, mas porque conseguiu articular diferentes ideologias ao seu projeto hegemônico, mediante a eliminação do caráter antagônico das mesmas... (LACLAU, 1978, p. 188).

E então, em 1979, em uma intervenção em um congresso em Montreal, avançou na explicação desse processo em termos de “equivalências” e “diferenças” e na distinção de “dois tipos fundamentais de discurso político”: um “fundado no antagonismo” e outro “na progressiva articulação das diferenças”. Neste caso:

Reconverter o *sistema de equivalências* em *sistema de diferenças* consiste, por um lado, em neutralizar os objetos do discurso, isto é, em transformar a contradição em contrariedade. A folclorização das ideologias populares é uma operação que, num duplo movimento, estabelece a legitimidade destas últimas como *sermo humilis* [discurso humilde] e elimina seu antagonismo com o discurso do poder (LACLAU, 1985a [1979], p. 43).

Um ano depois, no Seminário de Morelia, Laclau diferenciou mais claramente duas formas de construir hegemonia:

A hegemonia pode se constituir de duas maneiras: via *transformismo* ou via *ruptura popular* [...] “A hegemonia burguesa *sem ruptura popular* [funcionaria] “transformando o antagonismo em diferença: [...] as demandas das massas foram absorvidas de um modo diferencial pelo sistema [como no regime liberal britânico, a Itália de Giollitti e a Alemanha de Bismarck]. O caso francês, ao contrário, representa o exemplo clássico da formação de uma nova hegemonia via ruptura popular (LACLAU, 1985b [1980], p. 23-24).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

Essa diferenciação de duas lógicas manteve-se ao longo de toda a obra de Laclau, denominando-as de “lógica da diferença” e “lógica da equivalência”. Nos textos do final dos anos setenta e início dos anos oitenta, há uma nítida valoração positiva das potencialidades da aplicação da lógica da equivalência em sua versão populista, pois esta é apresentada como o caminho que abre as melhores possibilidades para avançar rumo ao socialismo.<sup>15</sup> Pelo contrário, a lógica da diferença elimina o antagonismo e facilita a dominação. Por outro lado, em meados da década de 80, a avaliação positiva que Laclau havia dado à articulação populista desapareceu (LACLAU; MOUFFE, 1987). E no resto de suas elaborações dos anos oitenta e noventa, o termo “populismo” quase não é mencionado. Ao mesmo tempo, enfatiza-se a importância da “expansão e multiplicação dos sujeitos fragmentários, parciais e particulares que ingressam no processo decisório coletivo”, ou seja, “uma democracia radicalizada e plural”, e inclusive se defende a importância do “estado liberal” (LACLAU, 1993). De qualquer forma, continua postulando a centralidade de uma lógica de equivalência para uma política emancipatória, embora agora voltada para a articulação de diversos movimentos sociais.

Teremos que esperar até meados do século XXI, na *Razão Populista*, para encontrar uma clara reivindicação de projetos a partir de uma lógica de equivalência de caráter populista (LACLAU, 2005).<sup>16</sup> Nesse trabalho distingue as duas lógicas como “institucionais” e “populistas”, nome que tem gerado muitos equívocos.

Com a denominação de “lógica institucionalista”, de alguma forma, Laclau parece intuir um problema que não consegue desenvolver com clareza: a ocupação do aparelho de Estado tende a estimular até mesmo as forças que tinham uma lógica “populista” a concentrarem-se numa lógica “institucionalista”. Portanto, essa mesma denominação contém um grave problema: não nos permite pensar no desdobramento de uma lógica

---

<sup>15</sup> Nesse sentido, Laclau afirma que “um populismo socialista não é a forma mais atrasada da ideologia operária, mas sua forma mais avançada: o momento em que a classe operária conseguiu condensar em sua ideologia todo o ideário democrático em uma certa formação social. Daí o caráter inequivocamente ‘populista’ que os movimentos socialistas vitoriosos adotam: pense-se em Mao, pense-se em Tito e até pense-se no Partido Comunista Italiano...” (LACLAU, 1978, p. 203).

<sup>16</sup> Laclau chega a sugerir que a própria possibilidade de democracia depende da constituição de um “povo” democrático. Laclau reconhece que em sua argumentação populismo tornou-se sinônimo do político; mas reafirma essa sobreposição, diante da despolitização da articulação a partir da lógica da diferença, tão característica da Europa nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, em suas respostas às críticas de Zizek, argumenta que o populismo não implica a posição subordinada de fazer demandas ao poder, mas de lutar pelo próprio poder (LACLAU, 2006).

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

“agonal” a partir do próprio Estado, não se podendo “institucionalizar” o conflito sem dissolvê-lo.

Outro problema dessa denominação é que qualquer lógica que não fosse “institucional” deveria ser pensada como “populista”, mesmo que não tivesse muitos dos traços que caracterizam o populismo (que comentaremos na próxima seção). Esse último problema conduz a que se fale de “populismos de direita”, apesar das inconsistências conceituais que apresenta.<sup>17</sup> Portanto, para tentar evitar esses equívocos, propus uma mudança terminológica, mas que, na realidade, também envolve certas modificações conceituais. Antes de me aprofundar nessa questão, gostaria de esclarecer que toda construção real da hegemonia, em particular a partir do Estado, implica, para Laclau, uma combinação das duas lógicas. Todavia, a predominância de uma delas é o que dá o tom do tipo da hegemonia resultante.

#### *Uma proposta de red denominação: lógica administrativista e lógica agonal de construção da hegemonia*

Em primeiro lugar, creio que a lógica de incorporar todas as demandas de maneiras diferenciadas seria melhor compreendida se a denominássemos de forma “administrativista” ou “universalizante” de construção da hegemonia. Seria uma lógica “administrativista” no sentido de que a partir do Estado se procurariam resolver as demandas de forma técnica, apolítica, com o ideal saintsimoniano (referenciado pelo próprio Laclau), de que a política se reduz à mera administração das coisas. E seria uma lógica “universalizante” na medida em que se trata de uma proposta que afirma que todas as demandas, desde que sejam “razoáveis”, podem ser integradas e satisfeitas. Portanto, essas demandas seriam integradas à ideia de um “bem comum”, deixando de corresponder a “interesses particulares”.

Dentro desta lógica, a universalização implica uma operação de “despolíticação” da questão dos interesses. Se os interesses não são mais particulares, mas gerais, devem ser deixados de fora do jogo político. Resta apenas “administrar” o bem comum.<sup>18</sup> Por

---

<sup>17</sup> Veja minhas críticas a este respeito em Balsa (2010).

<sup>18</sup> Podemos ligar esta reflexão à formulada por Laclau quando analisa que, na desvalorização do populismo, ocorre a desvalorização da política *tout court* e a afirmação de que “a gestão dos assuntos comunitários

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

isso, para Laclau “não há intervenção política que não seja em certa medida populista” (LACLAU, 2005, p.195). Consideramos que, precisamente, a operação política liberal (como paradigma sempre recorrente da dominação hegemônica burguesa) é a dissolução do povo como sujeito da democracia, em favor de coletivos mais despolitizados, como “gente” ou a “nação”, ou mesmo “consumidores” ou “usuários”.

Este coletivo “universalizante” pode ter diferentes conteúdos: pode ser a “nação”, a “sociedade”, a “humanidade”, o “mundo ocidental”, a “região”, a “cidade”, os “cidadãos”, os “homens de bem”, etc. Então, o próprio processo de apresentar o particular como universal implica uma descrição/construção de um coletivo. Seria interessante analisar como a construção enunciativa de diferentes tipos de coletivos influenciará as características das configurações hegemônicas. No entanto, na medida em que o horizonte da luta política se mantenha como um espaço centralmente nacional, a universalização se dará predominantemente em termos de Nação. Nestes casos, a operação universalizante terá algum tipo de apelo nacionalista (que pode ter diferentes sinais ideológicos). Como consequência desta operação, o coletivo, em cujo nome os interesses se apresentam como “gerais”, possui fronteiras nacionais, como nos lembram os muros que se erguem para impedir a livre circulação das pessoas (enquanto capitais, bens e mesmo serviços circulam sem barreiras no mundo “globalizado”). Mas também, fronteiras sociais internas são erguidas: os interesses dos “marginalizados” podem (e devem) ficar de fora dos interesses gerais que são supostamente “universais”.

Por outro lado, seria interessante indagar em que medida o desdobramento dessa lógica administrativista não teria sido fundamental nas viradas burocráticas e despolitizantes que resultaram na maioria das tentativas de transição para o socialismo ao longo do século XX.

Em segundo lugar, quanto à forma oposta de construir hegemonia, voltada para agrupar as demandas na forma equivalente de um campo oposto ao que está no poder, considero ser mais apropriado chamá-la de uma lógica “agonal”. Essa agonalidade poderia ser conceituada em termos de um gradiente que vai de uma agonalidade muito moderada (que pode terminar em assimilação pelo outro) até um antagonismo aberto.

---

corresponde a um poder administrativo cuja fonte de legitimidade é um conhecimento adequado do que é a ‘boa’ comunidade” (LACLAU, 2005, p. 10). É contra essa despolitização que surge a “razão populista”.

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

Retomamos aqui as propostas de Chantal Mouffe (2003, p. 114-116), embora sem pensá-las apenas em termos dicotômicos, no sentido de que há duas formas possíveis de antagonismo: o próprio antagonismo (a luta entre inimigos) e o agonismo (a luta democrática entre adversários, que respeitam uma arena democrática).

Por outro lado, nesta proposta de red denominação, reservamos o termo “populismo” para explicar um subtipo de lógica agonal. A operação populista funciona: (1) propondo a ressignificação do conceito de “soberania popular” como eixo do princípio democrático: sustenta que a *plebe* (o povo no sentido dos setores populares) é o único *populus* legítimo (o povo no sentido do conjunto da cidadania),<sup>19</sup> (2) instaurando uma “fronteira interna” que deixa os “inimigos do povo” do outro lado, definidos como alguns setores sociais, internos à sociedade nacional, que pretendem ter um poder que não lhes corresponde (podem ser chamados de “oligarquia”, de “*establishment*”, ou de “pátria financeira”), e (3) na forma de um populismo consequente, implantando operações de inclusão radical que implicam um deslocamento da fronteira do que seria socialmente legitimado, uma drástica ampliação e aprofundamento de cidadania, com a inclusão de amplos setores até então marginalizados, realizada mais em termos de grupos sociopolíticos (e não de forma individual-liberal).<sup>20</sup> Como nem toda discursividade agonal se constrói a partir desses três elementos, o populismo seria apenas um subtipo dessa forma de tentar construir hegemonia.

Porém, além da questão do populismo, irei recuperar aqui as duas formas opostas de se buscar construir a hegemonia, que, aliás, nunca se dão de forma pura, mas se combinam, embora em doses que geram processos políticos de caracteres marcadamente diferentes.

---

<sup>19</sup> O significante “povo” desempenha um papel quase inevitável nessa operação, pois tem a vantagem de uma dupla significação que se articula com os significados de *plebe* e *populus*. Assim, “a operação política por excelência será sempre a construção de um ‘povo’”: “uma *plebe* que reclame ser o único legítimo *populus* – ou seja, uma parcialidade que quer funcionar como a totalidade da comunidade (‘Todo o poder aos Sovietes’, ou seu equivalente em outros discursos, seria uma reivindicação estritamente populista)” (LACLAU, 2005, p. 108).

<sup>20</sup> Estas duas últimas características diferenciam entre a construção do “povo-populista” e a do “povo dos nacionalistas xenófobos”.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

*O “universal” nas duas lógicas e seus diferentes “tempos”*

É possível observar que não seria o mesmo “universal” que se apresenta nas duas lógicas, tampouco nos distintos “tempos” da luta política (o tempo da luta para conquistar o aparelho do Estado e o tempo em que se governa a partir do aparelho do Estado). Na lógica “administrativista”, o “universal” apresenta-se como totalmente abrangente, baseado na existência de um “interesse geral”. Em todo caso, haverá apenas setores minoritários, conceituados como “marginalizados” ou “nas margens” ou, inclusive, “fora da sociedade” (às vezes tentando migrar para ela, e outras procurando permanecer fora), que não podem ser abrangidos por esse “interesse geral”.

Por outro lado, na lógica “agonal” o uso do “universal” está mais centrado nos interesses das “maiorias populares”, que são apresentados como opostos aos dos “inimigos do povo”. Por isso é um universal mais setorizado, e o discurso liberal pode atacá-lo como “faccioso” ou contrário aos interesses do “conjunto da sociedade”.

Por outro lado, essa “universalização” se diferencia entre o “tempo” da oposição e o “tempo” no qual se encarrega do Estado (tempos, muitas vezes, não tão dicotomicamente cindidos, por conta das dinâmicas de coalizões ou pelo acesso a níveis locais ou estaduais de governo). Na medida em que as forças que disputam a hegemonia ainda não estão no comando do Estado, elas podem implementar essas lógicas, em seus enunciados, com certa “liberdade irresponsável”. O projeto “universalista” pode ser apresentado prometendo a integração diferencial de “todas” as demandas; enquanto o discurso “agonal” pode equivalentemente construir um polo popular que aglutine “todas as demandas populares” de maneira a opô-las em completo antagonismo contra os “inimigos de o povo”. Enquanto a força política ainda não se encarregue do Estado, o caráter “mítico” ou imaginário desses projetos que lutam pela hegemonia permite uma enorme “liberdade” para realizar essas articulações que seriam apenas textuais, cuidando apenas que não se percebam contradições intransponíveis entre as demandas articuladas. A esse respeito, sabemos que o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação aos discursos desses projetos só pode se desdobrar plenamente em função de sua conexão com outros tipos de projetos de hegemônias alternativas. Ou seja, os sujeitos podem perceber, principalmente a partir do “bom senso” proveniente de suas práticas, que seus interesses não estão sendo corretamente contemplados no projeto que eles percebem

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78



como lhes sendo mais afim. Porém, dificilmente poderão possuir “demandas” para se contraporem a esses projetos, se não tiverem outro contraprojeto que lhes permita imaginar uma realidade alternativa. Apenas “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência” (CC11 §12, Vol. 1, p.103).

Ora, essas “liberdades” discursivo-textuais esbarram em limites importantes quando essas forças assumem o controle do aparato estatal e têm que assumir a responsabilidade pela implementação (ou não) de seus projetos e promessas. Essas forças políticas se deparam com três problemas: por um lado, devem tentar “tornar realidade” suas propostas anteriores; por outro lado, eles devem defender os interesses particulares da classe que procuram representar; e, por fim, como analisamos na terceira seção, as tendências “universalizantes”, que por diversos fatores pressionam por se concretizarem, podem desviar o projeto de seus objetivos específicos.

No caso do discurso universalista, quando se chega ao poder do Estado, surge o problema de que não se pode atender a todas as demandas que se tinha articulado despreocupadamente. Frente a isso, pode-se redefinir o conteúdo específico de muitas dessas demandas. No entanto, sempre ficarão demandas deixadas de lado, que o governo vai tentar “marginalizar”, ou localizar no plano do irrealizável, pelo menos por agora (“utópicas”), ou próprias do “passado”. Em qualquer caso, resta-lhe também o recurso da promessa de que se cumprirão no futuro, na medida em que a “ordem” permita realizar o “progresso”.

Então, mesmo em projetos universalizantes, sempre haverá uma fronteira. Nesses casos, porém, se tentará que permaneça nas margens, tanto sociais (as favelas, as *villas miserias*) como geográficos (os camponeses de áreas remotas), ou mesmo com formas temporais (“ficaram no passado”, ou são “impacientes”) ou com a condenação político-ideológica (os “extraviados”, “extremistas”, “inadaptados”). Na medida em que essa interpelação funciona em relação às majorias, e deixa de fora as minorias, essas exclusões não comprometerão a hegemonia desse projeto. Se essa operação hegemônica for efetiva, conseguirá até que esses setores marginalizados assumam esse lugar e, então, sua ação política ficará reduzida à resistência. Portanto, eles não disputarão a hegemonia pois não lograrão construir um projeto alternativo.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

Em todo caso, o aparato estatal e sua própria tendência “universalizante” implicarão extensões e reformulações da proposta administrativista em sentido contrário ao anterior. Assim, o Estado desenvolverá ações inclusivas junto aos setores que o próprio discurso oficial afirma que merecem ser “excluídos”. Dessa forma, a assistência estatal pode apaziguar essas resistências, enquanto o discurso do partido no poder desmerece esses setores assistidos.

No caso do discurso agonal, a chegada ao poder do Estado o coloca diante do desafio de como manter essa agonalidade diante da já analisada tendência de “universalização” gerada pela própria função do Estado, agudizada pela presença de intelectuais “tradicionais” e a possível aliança com a pequena burguesia. Inclusive, essa “universalização” será potencializada pelos compromissos que a gestão de toda a sociedade a partir do aparato estatal exige que a força agonal assuma com aqueles que antes eram denunciados como “inimigos do povo”. Em suma, essa problemática será o centro da última seção.

*A dificuldade de manter a agonalidade no aparelho de estado, mas a necessidade de desenvolvê-la a partir daí*

É difícil atualizar o conflito a partir do próprio Estado, pois parece haver uma certa tendência da própria posição estatal a incentivar a adoção de uma lógica “administrativista”. No entanto, considero que, sem essa manutenção da lógica agonal, o predomínio progressivo de uma lógica administrativista reduz rapidamente a politização e, portanto, o poder emancipatório de uma força agonal que chegou ao poder estatal.

A estagnação no impulso transformador tem sido um fenômeno característico de muitos dos processos de reforma.<sup>21</sup> Mas os processos, em diferentes latitudes e contextos sociais, que procuravam promover uma transição mais determinada para o socialismo também se encontraram com a estagnação da participação popular, a burocratização e a perda do dinamismo político e das consequentes transformações sociais.

---

<sup>21</sup> Poucas ou nenhuma resposta, por parte de nós que lá participávamos, teve a pergunta que David Harvey e Pedro Stedile colocaram na reunião organizada pelo MST em 2015 para debater o socialismo: “em tempos em que a revolução não está na ordem do dia, como garantir que os processos de reforma não estagnem, mas avancem para o seu aprofundamento?”.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

Obviamente, existem muitos fatores que atuaram para explicar a dinâmica em processos tão diversos. Porém, vamos postular a presença de um elemento comum: o peso das características universalizantes da função estatal que se imporiam contra a politização vinda das forças que buscavam a emancipação por meio da reivindicação do conflito social.

Tanto os processos mais claramente revolucionários, como os reformistas, têm enfrentado o problema de que a centralidade da função do Estado no desdobramento das transformações (como forma de mitigar a lógica do mercado) parece ter impactado no apaziguamento da mobilização popular e levou a um processo de despolitização. Isso foi ampliado nos casos em que as forças reformistas assumiram de maneira mais plena um discurso “universalista”, como foi o caso dos governos do PT no Brasil.<sup>22</sup>

Pessoalmente, considero que a chave para manter essa agonalidade seria articular todas as políticas públicas com o discurso confrontativo-agonal, não ocultando o conflito. Em primeiro lugar, não se deve tentar colocar o Estado acima da luta de classes. Que o aparelho de Estado seja um território de disputa, não implica que ele busque o “bem comum”, e que sejam alcançados compromissos e alianças de classe, não deve significar esconder as diferenças.

Se esta poderia ser a perspectiva geral sobre a necessidade de manter uma lógica agonal a partir do próprio Estado, então devemos pensar em como traduzi-la em políticas e discursos específicos. A título de exemplo, podemos argumentar que a articulação de toda política redistributiva deve ser buscada com uma explicação da origem dos recursos que a tornam possível. E esse discurso poderia ser atualizado nos processos de entrega de algum bem ou serviço, ou no momento da implementação de políticas, por exemplo, medidas protecionistas de desenvolvimento industrial (neste caso, envolvendo a liderança empresarial nos aspectos pedagógicos que acompanham a sanção e implementação dessas ações). A esse respeito, não se deve esquecer jamais o caráter intrinsecamente pedagógico da luta pela hegemonia (CC10 II §44, Vol. 1, p. 399). Portanto, a chave é que toda política deve incluir sua ação explicativo-pedagógica.

Por fim, gostaria de esclarecer que essa defesa da manutenção da lógica agonal do aparato estatal não deve ser interpretada como o abandono de toda lógica

---

<sup>22</sup> Sobre a diferença na lógica política dos governos do PT e do kirchnerismo, ver Balsa (2020).

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

administrativista. Como já dissemos, toda construção real da hegemonia, principalmente a partir do Estado, implica uma combinação das duas lógicas, com a predominância de uma delas. Acredito que uma dose de lógica administrativista é sempre necessária, já que grande parte dos cidadãos pode perceber como “violento” que o Estado não procura, de forma nenhuma, o “bem comum”. Mas ao mesmo tempo, se for reduzida por demais a discursividade agonial, é muito provável que não se consiga aprofundar a politização das maiorias populares, sendo este o elemento chave para evitar a passivização.

## BIBLIOGRAFIA

BALIBAR, Étienne. **La filosofía de Marx**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

BALSA, Javier. Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista. **Revista de Ciencias Sociales**, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, n. 17, p. 7-27, 2010.

BALSA, Javier. La crítica al objetivismo y la propuesta epistemológico-política contenida en el *Cuaderno 11*. **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 4, p. 3-36, 2018.

BALSA, Javier. La metáfora de la política como escenario y la valoración de la república parlamentaria en La lucha de clases en Francia y en El 18 Brumario de Luis Bonaparte de Karl Marx. **Utopía y praxis latinoamericana**, Maracaibo, n. 85, p. 220-238, 2019a.

BALSA, Javier. La retórica en Laclau: perspectiva y tensiones. **Simbiótica**, v. 6, n.2, p. 51-73, 2019b.

BALSA, Javier. Hegemonía, dialogismo y retórica. **Diferencias**, n. 9, p. 33-44, 2019c.

BALSA, Javier. Reflexiones en torno a la cuestión de la representación en El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte de Karl Marx. **Materialismo storico**, v. 6, n.1, p. 76-107, 2019d.

BALSA, Javier. Las lógicas de construcción de la hegemonía desplegadas desde los gobiernos petistas y kirchneristas. **Roteiro (UNOESC)**, v. 45, p. 1-28, jan./dez. 2020.

BERGER, Peter y T. LUCKMANN. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

BONNET, Alberto. Estado y capital. Debates sobre la derivación y la reformulación del Estado. In: THWAITES REY, M. (comp.). **Estado y marxismo: un siglo y medio de debates**. Buenos Aires: Prometeo, 2007, p. 269-296.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

FROSINI, Fabio. Hacia una teoría de la hegemonía. *In*: MODONESI, M. (comp.). **Horizontes Gramscianos**. México: UNAM, 2013, pp. 59-80.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Instituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Giulio Einaudi editore, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideología en la teoría marxista**. Madrid: Siglo XXI, 1978.

LACLAU, Ernesto. Ruptura populista y discurso. *In*: LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO, Julio (coord.). **Hegemonía y alternativas políticas en América Latina** (Seminario de Morelia). México: Siglo XXI, 1985a, p. 39-44.

LACLAU, Ernesto. Tesis acerca de la forma hegemónica de la política, *In*: LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO, Julio (coord.). **Hegemonía y alternativas políticas en América Latina** (Seminario de Morelia). México: Siglo XXI, 1985b, p. 19-38.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

LACLAU, Ernesto. Política de la retórica. *In*: LACLAU, Ernesto. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 57-99.

LACLAU, Ernesto. Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas. *In*: BUTLER, J, LACLAU, E e ZIZEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003a, p. 49-93.

LACLAU, Ernesto. Construyendo la Universalidad. *In*: BUTLER, J, LACLAU, E. e ZIZEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003b, pp. 281-306.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto. Por qué construir un pueblo es la tarea principal de la política radical. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 23, n. 62, pp. 3-38, mayo 2006.

LACLAU, E. e C. MOUFFE. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LIGUORI, Guido. "Statolatría". *In*: LIGUORI G. e VOZA, P. **Dizionario Gramsciano, 1926-1937**. Roma: Carocci, p. 806-807, 2009.

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78

MARX, Karl. **Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850**. Buenos Aires: Anteo, 1973 [1850].

MARX, Karl. **El dieciocho brumario de Luis Bonaparte**. Buenos Aires: Editorial Anteo, 1973 [1852].

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. México: Siglo Veintiuno editores, 2009.

MARX, Karl. **Crítica del programa del Gotha**. Guadalajara: Ricardo Aguilera Editor, 1971 [1875].

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

THOMAS, Peter. **The Gramscian Moment**. Philosophy, Hegemony and Marxist, Leiden: Brill, 2009.

VACCA, Giuseppe. **Modernità alternative. Il Novecento di Antonio Gramsci**. Torino: Giulio Einaudi editore, 2017.

Recebido em: 01/11/2020 Aprovado em: 30/01/2021
--

---

Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a revolução (ou a reforma) em permanência” a partir do próprio aparelho estatal – Javier Balsa – p. 49-78